



## O BOMBARDEIO DA CIDADE DO SALVADOR EM 1912

Hugo Santiago Mendes<sup>1</sup>  
Nelson Baltrusis<sup>2</sup>

**Resumo:** Neste será apresentado um tema que fora negligenciado pela historiografia baiana: o bombardeio da cidade do Salvador, realizado no ano de 1912, um acontecimento que apesar de ter enorme relevância, é apenas tratado nos livros didáticos, ou em pesquisas que detém o mesmo recorte histórico, como um fato simplório. O objetivo maior deste trabalho é demonstrar como me interessei por este acontecimento e quais fontes trabalhei durante a pesquisa, que se encontra em andamento.

**Palavras-chave:** Pesquisa historiográfica; Fontes; Bombardeio.

Um das minhas inquietações enquanto estudante do 2º grau, no Colégio São José, era o entendimento acerca de como se processava os conflitos, mais especificamente, as guerras, muitas destas proporcionadas por fatores, políticos, econômicos e ideológicos. Essa preocupação corroborava num interesse especial a esses conteúdos, acarretando num estudo prazeroso de assuntos como: as duas Grandes Guerras Mundiais, Revolução Russa, era Vargas, fatos históricos que além de deterem influências e relações entre si, mudaram significativamente a ordem social, política, econômicos e culturais do Brasil e do mundo.

Esse interesse foi basilar para a escolha do curso universitário ao qual estou inserido, fazendo com que me aventurasse pelas análises e reflexões no campo das Ciências Humanas, mais precisamente no curso de História, algo que só foi possível no curso de História com Habilitação em Patrimônio Cultural<sup>3</sup>

Nesta caminhada acadêmica foi possível compreender que o papel da História tanto como ciência, como também disciplina escolar, não poderia limitar-se a uma simples divulgação dos fatos históricos, cabendo assim ao historiador analisá-los, refleti-los e questioná-los, produzindo uma abordagem crítica do conhecimento a desenvolvido. Seguindo esta perspectiva metodológica fica evidente que existem diversos temas que não são trabalhados corretamente, sendo renegados ao esquecimento por não serem considerados importantes para a História.

Esta deficiência ficou perceptível em uma das aulas realizadas no primeiro semestre, do curso de Patrimônio, na qual descobri meu tema de pesquisa. Numa aula de campo realizada na Praça Municipal Thomé de Souza, a docente Maria Angélica, titular da disciplina, História da Arte I, explanava quanto às mudanças arquitetônicas e artísticas que a cidade do Salvador tinha sido submetida ao longo dos séculos. Justamente em frente ao Palácio Rio Branco, a historiadora informou que o estilo artístico utilizado na fachada da edificação, havia sido alterado devido a um bombardeio que a cidade foi submetida no ano de 1912.

Esta informação era completamente nova para todos os alunos presentes, demonstrando que muitos fatos são negligenciados pela historiografia, fazendo com que os conteúdos dados em

<sup>1</sup>- Estudante de graduação da Universidade Católica do Salvador do curso de História com Habilitação em Patrimônio Cultural. E-mail: [hugo\\_cubano@hotmail.com](mailto:hugo_cubano@hotmail.com). Autor.

<sup>2</sup> Professor do Mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social da Universidade Católica do Salvador - UCSal. E-mail [nelsonb@ucsal.br](mailto:nelsonb@ucsal.br). Orientador.

<sup>3</sup> Curso oferecido pela Universidade Católica do Salvador.



algumas escolas nacionais ainda se confundam com uma produção historiográfica unívoca, factual e que privilegia alguns grupos sociais, formando assim um grande fosso entre o saber escolar e o acadêmico, já que os fatos e eventos formadores do processo histórico baiano, não são considerados<sup>4</sup>

Ao longo da minha caminhada acadêmica fui aprendendo que uma das funções do exercício do historiador é sem dúvida a arte da pesquisa, etapa bastante prazerosa, porém de grande complexidade. O contato direto com a fonte, que pode ser de tipografia variada, proporciona ao pesquisador analisar de forma mais crítica, não só os grandes fatos, ou os grandes líderes, que por muito tempo foram os principais objetos da historiografia tradicional positivista; mas a compreensão de como um discurso pode ser produzido, perpetuado e/ou esquecido a partir de interesses individuais e coletivos, evidência histórica bem trabalhada pelo historiador Peter Burke, “São os indivíduos que lembram, no sentido literal, físico, mas são os grupos sociais que determinam o que é memorável, e também como será lembrado” (BURKE, 2000, p.73).

De acordo com esta função – a necessidade de realizar pesquisas históricas - me detive em investigar algo que além de proporcionar o prazer pelo tema, levasse-me a manipular uma documentação antiga e aprofundar-me numa bibliografia especializada, mas havia também uma preocupação em escolher uma temática de âmbito estadual que não fosse de conhecimento da maioria da população, ou que pelo menos despertasse uma forte discussão acerca dos motivos e conseqüências proporcionados pelo fato. Foram estas pretensões que me levaram a pesquisar o bombardeio ocorrido em Salvador, em pleno século XX, mais precisamente na década de 10, um momento de instalação das novas diretrizes políticas do regime republicano, sendo uma das principais a “política das salvaçãoes.”<sup>5</sup>

Um dos pontos centrais como já explicitiei anteriormente, que definiu a escolha deste tema, é o fato da grande parte da população baiana desconhecer está atrocidade, fator preponderantemente contribuído pela falta de informações nos livros didáticos, que se limitam a retratar de maneira superficial trechos sobre o ocorrido, tentando estabelecer culpados sem se preocupar com uma análise crítica. Para um melhor entendimento da temática foi necessário realizar um amplo estudo, efetuando uma revisão bibliográfica acerca das principais publicações. Existem basicamente duas obras clássicas específicas sobre o tema, “O bombardeio da Bahia e seus efeitos” de José de Sá, e “Dr. J. J. Seabra, sua vida, sua obra na república” de F. Borges de Barros. Ao pesquisar uma bibliografia mais atual, não encontrei nada específico, a não serem publicações que se aproximavam da temática ou do recorte temporal; destaco “Partidos Políticos na Primeira República: uma política de acomodação” da historiadora Consuelo Novais Sampaio, “Coronelismo e Oligarquias: a Bahia na primeira república brasileira” do historiador brasileiro Eul –Soo – Pang e a dissertação de mestrado do historiador Rinaldo Cesar Nascimento Leite, “E a Bahia civiliza-se... Ideais de civilização e cenas de anti – civilidade em um contexto de modernização urbana”.<sup>6</sup>

---

<sup>4</sup> É ciente que o conhecimento histórico das series dos níveis fundamental e médio não prioriza uma abordagem historiográfica a nível local e/ ou regional, o que proporciona (aqui na Bahia) num aprendizado que valoriza mais os acontecimentos de um espaço geográfico pouco similar ao cotidiano local. Um dos fatores que corroboram para a limitação do conteúdo está na precária relação entre as áreas de ensino e pesquisa.

<sup>5</sup> Foi denominada de “política das salvaçãoes”, o fenômeno político realizado na década de 10 pelo então presidente, Marechal Hermes da Fonseca, que pretendia erradicar o poder das oligarquias frente o regime republicano. Esta pretensão levou a utilização efetiva dos três poderes – judiciário, legislativo e executivo - e da violência, para derrubar os governos locais. Esta política será aplicada a todos os Estados do Norte e também na Bahia, fato que influenciou no incidente de 1912 na cidade do Salvador.

<sup>6</sup> É ciente que na realização de qualquer pesquisa, não é possível limitar-se apenas há uma determinada corrente teórica, ou há publicações consideradas clássicas. A procura por pesquisas atuais, demonstram o interesse do



Após deter um contato, ainda que inicial com a temática, iniciou-se a fase de pesquisas nos arquivos, em busca de fontes primárias. A documentação utilizada para realização das pesquisas foram os jornais que circulavam na época, como o Diário de Notícias, o Diário da Tarde e o Diário da Bahia, ambos periódicos raros em que pude ter acesso na Biblioteca Central e no Instituto Geográfico Histórico.<sup>7</sup>

Estas fontes utilizadas me atentaram a analisar a grande relação de poder que até hoje a imprensa exerce entre os indivíduos, sendo desta forma considerada como a quarta instituição de poder. Cabe ao pesquisador analisar as fontes com bastante precisão, contextualizando-as, corroborando para o entendimento acerca das principais necessidades de cada grupo social no âmbito político, econômico, social e cultural, podendo verificar o grau subjetivo do documento, *“O historiador, portanto através de um esforço minucioso de decodificação e contextualização de documentos, pode chegar a descobrir a dimensão social do pensamento. (CHALOUB, 1988 p.16)*

Foi possível observar os interesses e quais partidos cada periódicos representavam<sup>8</sup>. Esta divisão acarretava na produção de relatos diversos sobre o acontecimento, que poderiam variar numa defesa ou culpa ao governo por tal atrocidade ou até ignorar a violência contra ao patrimônio cultural da cidade do Salvador e principalmente contra ao seu povo.

No ano de 1912, o Estado da Bahia encontrava-se sob a direção do governador Araújo Pinho, uma gestão que presenciava todo o desenvolvimento do ambicioso político José Joaquim Seabra, integrante e fundador do Partido Republicano Democrático, sendo o principal candidato a sucessão do governo na concepção do presidente<sup>9</sup>. O então governador João Ferreira de Araújo Pinho alegando doença renunciou o mandato no dia treze de dezembro de 1911, há exatamente quarenta e cinco dias antes das eleições. Esta renúncia fazia parte dos planos de uma parcela significativa da oligarquia baiana que dominava a política da época que não via em Seabra a sustentação dos seus interesses.<sup>10</sup>

A pretensão era adiar e fixar uma nova data para as eleições além de eliminar a candidatura de Seabra ao governo do Estado. Para isso, obedecendo às normas jurídicas propostas pela constituição, a sucessão teria uma hierarquia a ser respeitada, tendo como substituto o Presidente do Senado cargo ocupado pelo cônego Manuel Leôncio Galvão, em segunda estância o Presidente da Câmara Estadual representado pelo deputado Aurélio Rodrigues Viana e em terceira estância o presidente do Tribunal de Apelação e Revista ocupado pelo deputado Bráulio Xavier da Silva Pereira.

“Conforme o planejado, o presidente do Senado, cônego Manuel Leôncio Galvão, recusou o cargo, declarando-se doente. Dessa forma, ascendeu ao

---

pesquisador em está atualizado as novas problemáticas desenvolvidas pela historiográfica, proporcionado ao mesmo subsídios para que possa concordar e/ou criticar as considerações desenvolvidas ao longo do tempo

<sup>7</sup> Devido ao período histórico, existem uma grande massa documental disponível, principalmente de periódicos. A importância da fonte é crucial para qualquer desenvolvimento de pesquisa. Não adianta ter um tema sem antes certifica-se das fontes disponíveis, fator que corrobora a importância de um projeto de pesquisa. Ver mais em ASSUNÇÃO, José Barros. Projeto de Pesquisa em História.

<sup>8</sup> Ficou perceptível que cada periódico representava um partido político. Assim o jornal Gazeta do Povo era considerado um órgão seabrista. Já o jornal Diário da Tarde vinculava-se aos partidos situacionistas que fazia oposição a Seabra.

<sup>9</sup> Seabra por ter apoiado a candidatura do Marechal Hermes da Fonseca em solo baiano, conquistou um espaço em âmbito federal. O político baiano tornou-se para presidente da república uma “peça” fundamental para o projeto político intitulado de “Política das Salvações”. O marechal pretendia diminuir a influência política que alguns membros da oligarquia baiana estabeleciam nas decisões políticas a nível municipal, estadual e até federal.

<sup>10</sup> Dentre os principais representantes destacam-se Ruy Barbosa, Severino Vieira e José Marcelino, sendo os últimos, os representantes do partido político que naquele momento governava o Estado da Bahia: O Partido Republicano.



governo o presidente da Câmara Estadual, deputado Aurélio Rodrigues Viana, político reconhecidamente contra a candidatura de J. J. Seabra” (TAVARES, 2006, p. 323).

Aurélio Viana ao assumir o governo do Estado interinamente, tomou atitudes radicais e pertinentes para impedir a candidatura de Seabra: transferiu a capital do Estado para a cidade de Jequié, além de ordenar que força policial do Estado, ficasse de prontidão em frente à Câmara Municipal, acarretando na presença de um alto numero de policiais concentrados nas intermediações do Palácio Rio Branco ao Teatro São João. O principal objetivo desta medida era impedir a entrada nas instalações do governo, principalmente na Assembléia Legislativa do grupo seabrista. A população soteropolitana presenciava o início de um período de terror, fazendo com que todo o cotidiano fosse alterado,

“Houve ainda a interdição por parte das policias militar e civil das ruas de Salvador. Com receio e assustados com a parafernália belicistas que acompanha os policiais, moradores da rua Chile e Misericórdia deixaram suas casas. O serviço de bondes deixou de funcionar. Salvador vivia sob o domínio do medo”<sup>11</sup>

Houve a necessidade dos políticos que tiveram seus interesses abalados juntaram-se para requerer a anulação da renúncia de Araújo Pinho, pretendendo que as eleições fossem realizadas no seu tempo normal. Aproveitando-se da sua alta influência nos âmbitos federais, Seabra recorreu aos meios judiciais, solicitando um habeas – corpus junto ao juiz federal Paulo Fontes alegando que tinha direito de ter livre acesso às dependências da Câmara Municipal.

Contudo nada adiantou a solicitação do juiz ao governador interino, que desobedeceu a ordem, minimizando a presença da força policial do Estado, deixando claro que era apenas por motivo de segurança, e que tal atitude estava aparada pela lei

“Chegando ao meu conhecimento o despacho exagerado por v. exa. Na petição que esse juízo dirigiram alguns senadores e deputados estaduaes, solicitando mandado prohibitorio, afim de não lhes sem embargada a entrada no recinto do edificio da Camara dos Deputados, onde pretendem reunir-se a 15 do corrente mez e allegam estar ameaçados de não poderem ali penetrar em razão da presença da força estadual, cabe-me declarar a v. exa. que efetivamente ali se acha um destacamento de policia do Estado, mas presentemente à requisição da mesa da Camara dos Deputados, que me soclicitou verbalmente providencias, com fundamento no mandado de manutenção datado do juízo da vara cível e para fins outros que não me é licito indagar, desde que a Ella cabe privatevamente pela Constituição do Estado exercer a policia interna do edificio onde commumente são celebradas as suas seções”<sup>12</sup>.

Tendo o seu pedido ignorado, o juiz Paulo Fontes a mando dos seabristas comunicou ao presidente da república, que dera a autorização do uso da força caso fosse necessário, para obedecer ao mandato judicial. Designado de negociar com o governador o general José Sotero de Menezes inspetor da 7º Região Militar enviou para a sede do governo, representantes para comunicar ao governador que o *habeas corpus*, deveria ser respeitado, caso contrário, iria

<sup>11</sup> Jornal A Tarde quinta-feira 15 de agosto de 2002. Caderno 5 “Bahia 90 de Cidadania”

<sup>12</sup> Jornal Diário de Noticias terça-feira 09 de janeiro de 1912.



ocorrer uma intervenção militar, garantindo a autoridade federal, fato que não intimidou o governador

“O dr. Aurélio Vianna, respondeu aos enviados do sr. General Sotero de Menezes, que tendo também se pronunciado assumpto a justiça local, e estando affecto o conflicto de jurisdicção levantado ao Supremo Tribunal Federal, poder unicompetente, s. ex. dava a sua palavra de honra, assegurando que o seu governo respeitava a decisão da Alta Justiça, fosse qual fosse, porém que de outra forma, ao seu governo cumpria também fazer respeitar a veredictum do órgão da Vara Civil da comarca da capital.”<sup>13</sup>

No dia 10 de janeiro de 1912, Salvador irar presenciar um dos atos mais imprudentes cometidos pelos políticos da terra, que só priorizavam poder e privilégios. Nessa luta entre os grupos oligárquicos baianos o maior patrimônio que um Estado poderia abrigar, o seu povo, foi completamente desrespeitado, ocasionando em mortes, depredações do patrimônio edificado, uma completa alteração acerca do cotidiano da cidade. Quando fora comunicado da decisão do então governador Aurélio Viana, o general Sotero fez circular por alguns pontos da cidade, já que não havia possibilidades de comunicar a toda a população no tempo que desejavam o seguinte boletim:

*“<<7-Região Militar-O general Sotero de Menezes, inspector da 7ª Região Militar, faz saber que tendo o governo do Estado se recusado terminantemente a obedecer ao hábeas-corpus concedido pelo exmo. Sr. Dr. Juiz seccional, para que possam funcionar livremente, no edifício da Câmara dos Deputados, os congressistas convocados pelo exmo. Barão de S. Francisco, presidente em exercício do Senado-cumpre-lhe, em obediência a requisição do mesmo juiz federal aos poderes competentes da Republica, fazer respeitar e executar a essa ordem, pela intervenção da força sob seu commando, INTERVENÇÃO A QUE DARA INICIO DE UMA HORA  
Inspectoria da 7. Região, 10 de janeiro de 1912>>”<sup>14</sup>*

Guiado por um desrespeito total a cidadania popular, onde não foi analisada a opinião das pessoas em relação a qual seria a melhor maneira de agir quanto ao fato, às 13 horas e 10 minutos no Forte de São Marcelo iniciou-se a operação, feita por meio de um aviso de dois disparos de pólvora seca. Às 13 horas e 45 minutos iniciou-se o bombardeio da cidade que foi a primeira capital nacional. Do bairro de Itapuã à Ribeira foi possível ouvir o “ronco” dos canhões que na demonstração de toda sua fúria bélica, teve como alvo o Palácio do Governo, a Praça Municipal e os demais prédios da região, não sendo levado em conta se eram públicos ou particulares.

Além do Forte de São Marcelo, o Forte de São Pedro e o Forte do Barbalho auxiliaram no bombardeio, destacando-se nestas intervenções o papel do 50º batalhão que se encontrava presente no Forte do Barbalho, que efetuou diversos disparos na direção do quartel de Cavalaria Polícia, do Teatro São João e diversas residências. O comandante da força policial que se encontrava no palácio disponibilizou metralhadoras em direção da Rua Chile. “Ladeira da Praça, Pelourinho e as ruas que anos depois se transformariam na Avenida Sete de Setembro viraram pista de atletismo para uma população assustada com a barbárie.”<sup>15</sup>

<sup>13</sup> Jornal Diário da tarde sexta feira 12 de janeiro de 1912.

<sup>14</sup> Jornal Diário da Tarde sexta-feira 12 de janeiro de 1912.

<sup>15</sup> Jornal Correio da Bahia quinta-feira 02 de maio de 2002.



A força policial que até o momento encontrava-se fiel aos interesses do governo estadual saiu em debandada dos postos em que localizavam-se tanto no palácio, quanto na estação localizada ao lado da igreja da Sé. O confronto então ganhou as ruas da cidade, havendo tiroteio intenso em vários pontos entre policiais e soldados do exercito acarretando em inúmeras mortes.

Houveram comportamentos antagônicos por parte da população no momento que a cidade encontrava-se num melancólico “diálogo” com os canhões. Num primeiro momento Salvador detinha alguns pontos completamente desertos, havendo uma fuga em massa principalmente para a região de Itapagipe. Após o abandono das tropas policiais dos postos localizados no palácio, houve por parte de alguns indivíduos uma invasão nas dependências do Palácio Rio Branco, acarretando em depredações e furtos.<sup>16</sup>

O bombardeio cessou às 5 horas e 30 minutos, após ser estizada uma bandeira branca no lugar da bandeira nacional que se encontrava hasteada, contabilizando aproximadamente quatro horas de pânico, mortes e perdas do patrimônio histórico de âmbito nacional e estadual. Todo um confronto ligado a uma sucessão de poder, levou a morte de diversas pessoas, as mais desrespeitadas neste ato, já que não tiveram o direito de decisão quanto ao futuro da cidade, fato que ficou presente nas memórias dos indivíduos que presenciaram tal covardia, pessoas que acreditavam nos seus líderes.

Esta população foi duramente atingida seja pela presença indevida nas suas casas de balas, fato que ocorreu em demasia nas casas da Rua Chile ou também pela falta de alimento que castigou por dias pessoas que não encontravam o comercio da cidade no seu fulgor habitual das maravilhosas tardes.

Tamanha indignação foi exibida nas primeiras páginas do jornal Diário de Notícias do dia posterior:

“O egoísmo criminoso de uns; não querendo respeitar a soberania popular; a ambição natural, embora ilimitada de outros; a falta de patriotismo, por falta de compreensão das coisas; a teimosia, a vaidade dos nossos homens publicos, arrastaram a Bahia... , a triste condição que seu povo chora actualmente lagrimas de sangue...”<sup>17</sup>

O desrespeito foi tamanho, que por ordens do general Sotero de Menezes, os bombeiros apenas saíram para prestar serviços à cidade, às 17 horas, acompanhados por oficiais do exercito que tinham como objetivo maior render todas as estações policiais da cidade, fato que proporcionou confrontos com a força policial em diversos pontos da cidade até o entardecer.

Após toda esta demonstração de intolerância, no dia seguinte Aurélio Viana deixa o governo do Estado, sendo substituído pelo presidente do Tribunal de Apelação e Revista, Bráulio Xavier da Silva Pereira. Mesmo assim depois de toda experiência vivida pela cidade provocada pelos confrontos pela sucessão do poder, houve ainda embates na área judicial onde o político baiano Ruy Barbosa adversário político do presidente Hermes da Fonseca<sup>18</sup>, interferiu junto ao Supremo Tribunal Federal, solicitando a volta de Aurélio Viana ao poder, provando que os interesses políticos suplantam o direito popular. Aurélio Viana volta ao poder, mas renuncia no dia 27 de janeiro daquele ano.

<sup>16</sup> A Biblioteca Pública, que localizava-se nas dependências do Palácio Rio Branco, que abrigava em seu acervo inúmeros livros e documentos que retratavam a história do Brasil colonial, além da história da cidade, foi devorada pelo fogo e pelos furtos de algumas pessoas que tiveram acesso as dependências do palácio.

<sup>17</sup> Jornal Diário de Noticias quinta-feira 11 de janeiro de 1912.

<sup>18</sup> O Jurista baiano, Ruy Barbosa, fora derrotado na disputa presidencial, para o então presidente do período Marechal Hermes da Fonseca. Essa disputa foi denominada de “Campanha Civilista.”



Após o dia de terror e semanas seguintes o político J. J. Seabra assume o governo do Estado. Seu governo foi marcado por uma transição acerca da normas vigentes na cidade de Salvador da época, “... *velha pela sua idade, a primeira erigida no Brazil, e donde irradiaram a religião, as letras, o commercio, a vida social de todo o paiz, e velha ainda, por seu aspecto primitivo e colonial.*”<sup>19</sup>. Começa assim uma reformulação da cidade com alargamento das ruas, aberturas de avenidas como a Sete de Setembro, onde não foram analisando a importância dos espaços, como cristalizadores de memórias, produtores de história, além de não solucionar mazelas sociais produzidas pelo sistema que segregou espaços para os indivíduos.

O bombardeio proporcionou profundas mudanças à cidade do Salvador, o que divide até hoje as opiniões das pessoas. Um dos objetivos desta pesquisa é dar um tratamento do fato não apenas como um fator político isolado, mas como um marco inicial para um projeto de alteração política, social, econômica e até estrutural da cidade. Junto com a legitimação de Seabra no poder do governo do Estado, houve o desenvolvimento de todo um projeto modernizador, que não considerou as manifestações patrimoniais moveis e imóveis.

Muitos acham que foi um crime destruir a cidade que conservava ainda resquícios da época colonial. Outros acham que mesmo sendo um acontecimento aterrorizante teve como lado positivo a aceleração pela busca da modernidade, as famosas “Picaretas do Progresso”, ação retratada no documentário Salvador em Película<sup>20</sup>.

Ao certo nem todas as conseqüências desta atitude são atualmente conhecidas pelas pessoas o que acarreta na necessidade da realização de pesquisas que possam solucionar dúvidas e produzir um conhecimento acerca da história da cidade de Salvador sendo o fator principal da minha atual pretensão de desenvolver pesquisas acerca do tema. É indispensável ressaltar que para realização de qualquer pesquisa historiográfica, faz-se necessário uma identificação do pesquisador com a temática a ser trabalhada, para que este exercício torne-se prazeroso; as fontes também devem ser uma prioridade, pois não existe nenhuma produção historiográfica sem fontes. Assim apesar da necessidade ad efetuação de uma revisão bibliográfica, para verificar os principais estudos realizados em relação ao tema, o estudo aprofundado das fontes são indispensáveis para uma melhor compreensão do objeto, um exercício árduo que só pode ser minimizado através das realizações de pesquisa e dedicação.

## REFERÊNCIAS

**BURKE**, Peter. História como memória social. In: **Variedades de História Cultural**, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p.73.

**CHALHOUB**, S. **Visões de liberdade**: senhores e abolicionistas as corte nas últimas décadas da escravidão. História: questões e debates, Curitiba, 1988.

**LEITE**, Rinaldo Cesar Nascimento. *E a Bahia Civiliza-se... Ideais de civilização e cenas de anti-civilidade em um contexto de modernização urbana*. Salvador, 1912/1916- Dissertação de Mestrado em História. UFBA. Salvador. 1996

**PEIXOTO**, Afrânio. *Breviário da Bahia*. Livraria Agir Editora. 1º Ed. Bahia, 1945

<sup>19</sup> Jornal Diário de Notícias quinta-feira 11 de janeiro de 1912.

<sup>20</sup> Documentário produzido pela emissora TVE, encontrado no IRDEB. Apesar de não retratar exatamente o período histórico trabalhado, este documentário trata de analisar as conseqüências que o ideal modernizador proporcionou para a cidade: destruição de grande parte do patrimônio local.



**XII SEMOC** SEMANA DE  
MOBILIZAÇÃO  
CIENTÍFICA  
SEGURANÇA: A PAZ É FRUTO DA JUSTIÇA



**SAMPAIO**, Consuelo Novais. Os Partidos políticos da Bahia na primeira República. Uma política de acomodação. Centro Editorial e Didático. UFBA. Salvador, 1978

**TAVARES**, Luis Henrique Dias. *História da Bahia*. Edufba. 10ªed. São Paulo, 2001

### **Periódicos**

**Jornal Diário da Tarde – 12 de janeiro de 1912**

**Jornal Diário de Notícias – 09 de janeiro de 1912**

**Jornal Correio da Bahia - maio de 2002**